

NOTA DE EMPENHO 30110011

Ceará
Governo Municipal de Maracanaú
Fundo Municipal de Assistência Social
Exercício de 2020

Data: 30/11/2020

Modalidade: global

1a. via

INTERESSADO

Credor.... ASSOCIACAO BENEFICENTE BOA SEMENTE
Endereço.. Avenida José de Deus Alves Feitosa, 260, Timbó-
Maracanaú-CE 61936-210
C.N.P.J.... 11.480.553/0001-05 Fone (85) 3371-1191
Banco..... 001 Agência: 1295-5 c/c.: 92.391-5

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade orçamentária..... 15 91. Fundo Municipal de Assistência Social
Func.programática 08 244 1209 2.484 Enfrentamento da Emergência COVID 19 FMA
Categoria econômica.... 3.3.50.43.00 Subvenções sociais
Fonte de recurso..... 1311000000 Transferência de Recurso do FNAS

Origem dos recursos.... Crédito extraordinário

Processo de compra..... parceria - OSC

DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO - em R\$

Saldo anterior	Valor empenhado	Saldo disponível
240.004,62	239.998,81	5,81

Autorizamos o fornecimento dos materiais ou execução dos serviços, obedecidas as condições e especificações constantes desta NOTA DE EMPENHO.

Histórico..: Valor que se empenha para fazer face às despesas com a Execução do Projeto "Portas Abertas" que visa prestar o atendimento socioassistência a indivíduos e famílias vulneráveis em especial as pessoas em situação de Rua, visando a Proteção dessa População nesse período de Pandemia, Referente a 2º Parcela do Termo de Colaboração nº 1591.20.06.29.01.

Maracanaú, 30 de Novembro de 2020.

Autorizo

GLAUCIANE DE OLIVEIRA VIANA
SECRETÁRIA

NOTA DE LIQUIDAÇÃO 21120063

Ceará
Governo Municipal de Maracanaú
Fundo Municipal de Assistência Social
Exercício de 2020

DATA: 21/12/2020

EMPENHO ORIGINAL

NOTA DE EMPENHO... 30110011 VALOR..... R\$ 239.998,81
DATA DO EMPENHO... 30/11/2020 MODALIDADE.. global

Credor.... ASSOCIACAO BENEFICENTE BOA SEMENTE
Endereço.. Avenida José de Deus Alves Feitosa, 260, Timbó-
Maracanaú-CE 61936-210
C.N.P.J... 11.480.553/0001-05 Fone (85) 3371-1191
Banco..... 001 Agência: 1295-5 c/c.: 92.391-5

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA..... 15 91. Fundo Municipal de Assistência Social
FUNC.PROGRAMÁTICA 08 244 1209 2.484 Enfrentamento da Emergência COVID 19 FMA
CATEGORIA ECONÔMICA.... 3.3.50.43.00 Subvenções sociais
FONTE DE RECURSO..... 1311000000 Transferência de Recurso do FNAS

DISCRIMINAÇÃO DE ITENS

quantidade	unidade	especificação	valor unitário	valor total
1,0000	UNIDAD	CONVÊNIOS	120.000,00	120.000,00

DADOS DA LIQUIDAÇÃO

VALOR LIQUIDADO: 120.000,00

Maracanaú, 21 de Dezembro de 2020.



GLAUCIANE DE OLIVEIRA VIANA
SECRETÁRIA

NOTA DE SUBEMPENHO 22120133

Ceará
Governo Municipal de Maracanaú
Fundo Municipal de Assistência Social
Exercício de 2020

DATA: 22/12/2020

Doc.Caixa: 22120165

EMPENHO ORIGINAL

NOTA DE EMPENHO... 30110011 VALOR..... R\$ 239.998,81
DATA DO EMPENHO... 30/11/2020 MODALIDADE.. global

Credor.... ASSOCIACAO BENEFICENTE BOA SEMENTE
Endereço.. Avenida José de Deus Alves Feitosa, 260, Timbó-
Maracanaú-CE 61936-210
C.N.P.J... 11.480.553/0001-05 Fone (85) 3371-1191
Banco..... 001 Agência: 3302-2 c/c.: 78.081-2

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA..... 15 91. Fundo Municipal de Assistência Social
FUNC.PROGRAMÁTICA 08 244 1209 2.484 Enfrentamento da Emergência COVID 19 FMA
CATEGORIA ECONÔMICA.... 3.3.50.43.00 Subvenções sociais
FONTE DE RECURSO..... 1311000000 Transferência de Recurso do FNAS

DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO - em R\$

SALDO ANTERIOR	VALOR SUBEMPENHADO	SALDO DISPONÍVEL
239.998,81	120.000,00	119.998,81

ESPECIFICAÇÃO: VALOR SUBEMPENHADO (R\$)

Pagamento da NEG 30110011 emitida em 30/11/2020
dez/2020 120.000,00

Maracanaú, 22 de Dezembro de 2020.

Autorizo

GLAUCIANE DE OLIVEIRA VIANA
SECRETÁRIA

NOTA DE PAGAMENTO

Ceará
Governo Municipal de Maracanaú
Fundo Municipal de Assistência Social

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO..... 15 Sec. de Assistência Social e Cidadania
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA..... 15 91. Fundo Municipal de Assistência Social
CLASSIFICAÇÃO 08 244 1209 2.484 Enfrentamento da Emergência COVID 19 FMA
CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.50.43.00 Subvenções sociais
FONTE DE RECURSO..... 1311000000 Transferência de Recurso do FNAS


DADOS DO EMPENHO

NOTA DE EMPENHO Nº 30110011 VALOR DO EMPENHO.. R\$ 239.998,81 TIPO DE LICITAÇÃO. parceria - OSC - Dispensa de
DATA DO EMPENHO... 30/11/2020 MODALIDADE..... global
SALDO ANTERIOR.... R\$ 239.998,81 VALOR PAGO..... R\$ 120.000,00 SALDO DO EMPENHO.. R\$ 119.998,81

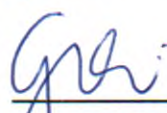
LIQUIDACÃO

DATA 21/12/2020 NOTA DE LIQUIDACÃO 21120063 VALOR DA NF 120.000,00 PAGAMENTO ATUAL 120.000,00 NOTA FISCAL

Atestamos o recebimento
dos produtos / serviços


GLAUCIANE DE OLIVEIRA VIANA
SECRETÁRIA

PAGUE-SE a importância
constante na presente nota


GLAUCIANE DE OLIVEIRA VIANA
SECRETÁRIA

DOCUMENTO DE CAIXA Nº 22120165, de 22/12/2020

BANCO/FONTE BB.....83.940-X (COVID ACOLHIMENTO) CHEQ/REF VALOR 120.000,00

Identificação do credor:

Credor.... ASSOCIACAO BENEFICENTE BOA SEMENTE
Endereço.. Avenida José de Deus Alves Feitosa, 260, Timbó-
Maracanaú-CE 61936-210 Fone (85) 3371-1191
C.N.P.J... 11.480.553/0001-05
Banco..... 001 Agência: 3302-2 c/c.: 78.081-2

AGÊNCIA/CONTA DÉBITO: 3302-2 / 000.083.940-X

DATA: 22/12/2020

NÚMERO	TP	INSCRIÇÃO	FAVORECIDO	BCO AG.	OP. CONTA	VALOR	CANC.
08200012671	32	11.480.553/0001-05	ASSOCIACAO BENEFICENTE BOA SEMENTE	001 3302-2	000.078.081-2	120.000,00	()
			(EMPENHO 30110011 DOC. CX. 22120165)				
TOTAL	1	OB(s)	R\$	120.000,00	Cento e Vinte Mil Reais *****		

AUTORIZO O BANCO DO BRASIL A EFETIVAR OS PAGAMENTOS ACIMA RELACIONADOS, EXCETUANDO AQUELAS OBS CANCELADAS.

Maracanaú - CE, 22/12/2020

José Henrique Pinto Lima
SECRETÁRIO EXECUTIVO
SEEX - PMM



Extrato conta corrente

G334291233536461014
29/12/2020 12:50:43

Cliente - Conta atual

Agência 3302-2
Conta corrente 83940-X MARACANAUCOVIDACO
Período do extrato de 22 / 12 / 2020 até 22 / 12 / 2020

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
18/12/2020		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
22/12/2020		0000	13138	132 Emissão Ordem Bancária	201.222.024	120.000,00 D	
22/12/2020		0000	00000	855 BB CP Automatico S P	70	120.000,00 C	
22/12/2020		0000	00000	999 S A L D O			0,00 C
Saldo Atual							0,00 C
Invest.com Resgate Autom.							120.612,11 C
Saldo							120.612,11 C
Juros *							0,00
Data de Debito de Juros							31/12/2020
IOF *							0,00
Data de Debito de IOF							04/01/2021
Saldo de fundos de investimento							
S.Público Automático							120.612,11

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: J8234600 ANTONILDA MOREIRA CASTELO BRANCO.



**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 1591 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL E CIDADANIA/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO

CREDOR: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BOA SEMENTE

**ENDEREÇO DO CREDOR: AVENIDA JOSÉ DE DEUS ALVES FEITOSA, 260-
TIMBÓ**

CNPJ: 11.480.553/0001-05

VALOR BRUTO.....R\$ 120.000,00

VALOR LÍQUIDO A RECEBER.....R\$ 120.000,00

Autorizo o pagamento da importância de R\$ 120.000,00

ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA

QUANTIDADE	UNIDADE	MÊS DE REFERÊNCIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	PARTE DA 2ª PARCELA	-----	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00

PAGUE-SE

Glauciane de Oliveira Viana
Secretária de Assistência Social
e Cidadania de Maracanaú

CONTA:78081-2

BANCO: 001

AGÊNCIA: 3.302-2

Maracanaú, 16 de dezembro de 2020.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SOLICITAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO 001 - EMPENHO 30110011

Tipo de Empenho: Global

Dados do Orçamento:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15 91 08 244 1209 2.484		ELEMENTO: 3.3.50.43.00 - Subvenções Sociais	
SUBELEMENTO: 01 - Instituições de assistência social		FONTE: 1311000000	
DADOS BANCÁRIOS	BANCO: Banco do Brasil S.A.	AGÊNCIA: 33022	C. CORRENTE: 83.940-X

Dados do Fornecedor:

NOME/RAZÃO SOCIAL: ASSOCIACAO BENEFICENTE BOA SEMENTE		CPF/CNPJ: 11.480.553/0001-05	
ENDEREÇO: Avenida José de Deus Alves Feitosa, 260 - Timbó		TELEFONE: (85) 3371-1191	
DADOS BANCÁRIOS	BANCO: Banco do Brasil S.A.	AGÊNCIA: 3302-2	C. CORRENTE: 78081-2

Dados da Contratação:

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Parceria OSC	Nº DO PROCESSO: 159012020060401
LEGISLAÇÃO:	Nº DO CONTRATO: 159120062901

Dados do Empenho:

Nº DO EMPENHO: 30110011	VALOR DO EMPENHO: R\$ 239.998,81
DATA DO EMPENHO: 30/11/2020	TIPO: Global
SALDO DO EMPENHO: R\$ 119.998,81	

Dados da Solicitação de Liquidação:

DATA: 16/12/2020	VALOR: R\$ 120.000,00
COMPETÊNCIA: Dezembro/2020	Nº DA NOTA FISCAL:

Histórico do Empenho:

VALOR QUE SE EMPENHA PARA FAZER FACE COM AS DESPESAS NA EXECUÇÃO DO PROJETO "PORTAS ABERTAS" QUE VISA PRESTAR ATENDIMENTO SOCIOASSISTENCIAL A INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS VULNERÁVEIS EM ESPECIAL AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA VISANDO A PROTEÇÃO DESSA POPULAÇÃO NESSE PERÍODO DE PANDEMIA. VALOR REFERENTE A 2ª PARCELA DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 1591.20.06.29.01.

Histórico da Liquidação:

Valor referente a parte da 2ª parcela do Termo de Colaboração nº 1591.20.06.29.01.

Maracanaú - CE, 16 de Dezembro de 2020


Cláudio Italo Silva de Almeida
COORDENADORIA ADM. FINANCEIRA
SASC-PMM
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO SL


Glauciane de Oliveira Viana
Secretária de Assistência Social
e Cidadania
ORDENADORIA DE DESPESA


CONTROLADORIA

17 / 12 / 2020
DATA DA ASSINATURA



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SOLICITAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO 001 - EMPENHO 30110011



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SOLICITAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO 001 - EMPENHO 30110011

ANEXO À LIQUIDAÇÃO						
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	CÓDIGO NO ÓRGÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5173	SUBVENÇÃO SOCIAL - SELEÇÃO DE ENTIDADE PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS	serviço	57219	1.0	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00

Total Itens: R\$ 120.000,00



TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 1591.20.06.29.01

DECLARAÇÃO

- Declaramos para os devidos fins que a Associação Beneficente Boa Semente, prestou conta da 1ª parcela do Termo de Colaboração Nº 1591.20.06.29.01 no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), estando apta a receber a 2ª parcela no valor de R\$ 239.998,81 (duzentos e trinta e nove mil novecentos e noventa e oito reais e oitenta e um centavos).

Maracanaú, 16 de dezembro de 2020.

Glauciane de Oliveira Viana

Secr. de Assist. Social e Cidadania

Glauciane de Oliveira Viana
Secretária de Assistência Social
e Cidadania de Maracanaú

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 1591.20.06.29.01

**TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MARACANAÚ,
ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL E CIDADANIA - FUNDO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL, E ORGANIZAÇÃO DA
SOCIEDADE CIVIL ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE -
BOA SEMENTE.**

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE MARACANAÚ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 07.605.850/0001-62, com sede na cidade de mesmo nome, através da **SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, neste ato representada por sua Secretária, **Sra. GLAUCIANE DE OLIVEIRA VIANA**, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL** e do outro lado a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE -BOA SEMENTE**, pessoa jurídica sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 11.480.553/0001-05, com sede à Av. José de Deus Feltosa, Nº. 280, Altos Timbo, Maracanaú - CE, cep : 81.938-210, neste ato representada por **GERSON MENDES MESQUITA** CPF nº 358.019.493-87, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, resolvem celebrar o **TERMO DE COLABORAÇÃO**, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/14, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

O presente **TERMO DE COLABORAÇÃO** tem por objeto **PRESTAR ATENDIMENTO SOCIOASSISTENCIAL A INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS VULNERÁVEIS EM ESPECIAL AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, VISANDO A PROTEÇÃO DESSA POPULAÇÃO NESSE PERÍODO DE PANDEMIA**, em conformidade com o Projeto Básico e Plano de Trabalho partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

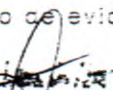
CLÁUSULA SEGUNDA - DA GESTÃO.

A gestão da parceria celebrada mediante o presente Termo de Colaboração será exercida pela servidora **MAURENI FREITAS DE ALMEIDA**, matrícula nº 13.833, doravante denominada **GESTORA**, nomeada através da Portaria nº 14, de 16 de Outubro de 2017, que deverá atender as obrigações estipuladas na Lei Federal nº 13.019/2014, em especial seus arts. 6º a 62.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS.

I - SÃO OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

- a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;
- b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em conformidade ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração;
- e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- g) viabilizar o acompanhamento pela Internet dos processos de liberação de recursos;
- h) manter, em seu sítio oficial na Internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- i) divulgar pela Internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.


Carlos Eduardo
Procurador Geral do Município
OAB-CE: 13205-Mat. 41292



II – SÃO OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de colaboração;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no Parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) dar livre acesso aos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos, às informações relacionadas a termos de colaboração, bem como aos locais de execução do objeto;
- f) responder exclusivamente, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- g) responder, exclusivamente, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- h) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sócias e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública.

CLÁUSULA QUARTA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá o monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, por meio de comissão instituída com essa finalidade, conforme Portaria nº 02, de 06 de fevereiro de 2020, e nos termos da Lei nº 13.019/2014, notadamente arts. 58 a 60.

4.1 – O relatório técnico a que se refere o art. 59, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- II – análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- III – valores efetivamente transferidos pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL;
- IV – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração;
- V – análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

4.2 – No caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores, respeitadas as exigências da Lei.

4.3 – Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas das áreas correspondentes de atuação existente.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO.

5.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente Termo de Colaboração, recursos no valor global de R\$ 539.998,81 (Quinhentos e Trinta e Nove Mil, Novecentos e Noventa e Oito Reais e Oitenta e um Centavos), a ser pago em 02 (duas) parcelas sendo a primeira no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos Mil Reais) e a segunda no valor de R\$ 239.998,81 (Duzentos e Trinta e Nove Mil, Novecentos e Noventa e Oito Reais e Oitenta e Um Centavos) correndo a despesa à conta da seguinte dotação orçamentária:

PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO: 1591.08.244.1209.2484 ;
ELEMENTO/SUBELEMENTO DE DESPESA: 3.3.50.43.00 / 3.3.50.43.01;
FONTE DE RECURSOS: 1311000000

CLÁUSULA SEXTA – DA MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS.

6.1 – Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública.

Carlos Henrique
Procurador do Município
OAB-CE. 13605 - Mat. 41292

6.1.1 - Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

6.2 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável providenciada pela autoridade competente da administração pública.

6.3 - Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

6.3.1 - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

6.3.2 - Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, o termo de colaboração poderá admitir a realização de pagamentos em espécie.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS.

7.1 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após esaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DOS BENS REMANESCENTES.

8.1 - Para fins deste ajuste, considera-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

8.2 - Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto no respectivo termo e na legislação vigente.

CLÁUSULA NONA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.

9.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

9.1.1 - Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

9.1.2 - Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

9.1.3 - A análise da prestação de contas deverá ser considerada a verdade real e os resultados alcançados.

9.1.4 - A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e no termo de colaboração.

9.2 - A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica, permitindo a visualização por qualquer interessado.

9.3 - A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, nos termos do inciso IX do art. 22 da Lei nº 13.019/2014, além dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

9.4 - A administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório de visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria;

Carlos Eduardo da Silva
Procurador Geral do Município
04/05/2020 - MGL 41092



II – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração.

9.5. – O gestor emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria celebrada.

9.5.1 – No caso de prestação de contas única, o gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

9.5.2 – Se a duração da parceria exceder um ano, a organização da sociedade civil deverá apresentar prestação de contas ao fim de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.

9.6 – Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, os pareceres técnicos deverão, obrigatoriamente, mencionar:

I – os resultados já alcançados e seus benefícios;

II – os impactos econômicos ou sociais;

III – o grau de satisfação do público-alvo;

IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

9.7 – Os documentos incluídos pela entidade na plataforma eletrônica, desde que possuam garantia de origem e de seu signatário por certificação digital, serão considerados originais para os efeitos de prestação de contas.

9.7.1 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a entidade deve manter em seu arquivo dos documentos originais que compõem a prestação de contas.

9.8 – A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

9.8.1 – O prazo para a prestação final de contas será estabelecido de acordo com a complexidade do objeto da parceria.

9.8.2 – A administração pública municipal promoverá a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.

9.8.3 – Na hipótese do item 9.8.2, o dever de prestar contas surge no momento da liberação de recurso envolvido na parceria.

9.9 – O prazo para prestação de contas poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado.

9.10 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei, devendo concluir, alternativamente, pela:

I – aprovação da prestação de contas;

II – aprovação da prestação de contas com ressalvas;

III – rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

9.11 – As impropriedades que deram causa à rejeição da prestação de contas serão registradas em plataforma eletrônica de acesso público, devendo ser levadas em consideração por ocasião da assinatura de futuras parcerias com a administração pública, conforme definido em regulamento.

9.12 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

9.12.1 – O prazo referido no item 9.12 é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

9.12.2 – Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

9.13 – A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

9.13.1 – O transcurso do prazo definido nos termos do item 9.13 sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

Carins Eduarda de Azevedo
Procurador Social do Município
OAB-CE: 13005-Mat. 41092

9.14 - As prestações de contas serão avaliadas:

- I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
- III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
 - a) omissão no dever de prestar contas;
 - b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
 - c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
 - d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

§ 1º O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

§ 2º Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após esaurida a fase recursal se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o base de restituição integral dos recursos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA.

10.1 - O presente Termo de Colaboração terá vigência de 06 (seis) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 13.019/14, bem como demais dispositivos legais aplicados à espécie.

10.2 - A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública municipal em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto.

10.2.1 - A prorrogação de ofício da vigência do termo de colaboração deverá ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros limitada ao exato período do atraso verificado.

10.3 - O plano de trabalho poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA.

12.1 - O presente Termo de Colaboração poderá ser:

- I - denunciado a qualquer tempo, ficando os participantes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da averbação, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicação dessa denúncia;
- II - rescindido, independente de prévia notificação ou interposição de recurso ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o plano de trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES.

13.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá garantir a própria defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo de administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
- III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Carina E. de A. Viana
Procuradora do Município
OAB-CE 13603-1/2012



§1º As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

§2º Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

§3º A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO.


As partes elegem o Foro da Comarca de Maracanaú/CE para esclarecer as dúvidas de interpretações deste Instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente, nos termos do art. 109 da Constituição Federal, devendo os partícipes, obrigatoriamente, buscarem prévia tentativa de solução administrativa, com a participação do órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da Administração Pública Municipal.

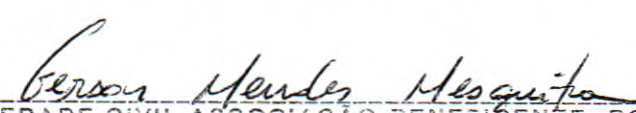
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

15.1 – Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei Federal nº 13.019/2014 que não foram mencionados neste instrumento.



15.2 - E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

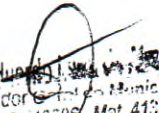
Maracanaú/CE, 29 de Junho de 2020.


MUNICÍPIO DE MARACANAÚ
GLAUCIANE DE OLIVEIRA VIANA
Secretária da SASO - FMAS


ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE - BOA SEMENTE
GERSON MENDES MESQUITA
Presidente da OSC

TESTEMUNHAS:

- 1)  077-182-903-24
- 2)  081955-903-81


Carlos Eduardo
Procurador do Município
OAB-CE. 13009-Mat. 41092



EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 1591.20.06.29.01

A Secretária da Secretaria de Assistência Social e Cidadania, do Município de Maracanaú, em cumprimento à Lei Orgânica Municipal, faz publicar o extrato resumido do **Termo de Colaboração nº 1591.20.06.29.01**, **Fundamento legal:** art. 30, inciso VI, da Lei 13.019/2014. **Objetivo do Termo de Colaboração:** Prestar atendimento socioassistencial a indivíduos e famílias vulneráveis em especial as pessoas em situação de rua, visando a proteção dessa população nesse período de pandemia. **CNPJ:** 11.480.553/0001-05 **Valor Global:** R\$ 539.998,81. **Fonte de Recurso e Dotação:** Recurso devidamente alocado no orçamento municipal para o exercício de 2020 da Secretaria de Assistência Social e Cidadania, classificados sob o código 1591.08.244.1209.2484, fonte: 1311000000, elemento/subelemento: 3.3.50.43.00 3.3.50.43.01.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 1591.20.06.29.01

Certificamos que o extrato do **Termo de Colaboração nº 1591.20.06.29.01**, cujo objetivo Prestar atendimento socioassistencial a indivíduos e famílias vulneráveis em especial as pessoas em situação de rua, visando a proteção dessa população nesse período de pandemia, nos termos da proteção social especial de alta complexidade foi publicado no site oficial da prefeitura de Maracanaú www.maracanau.ce.gov.br, no dia 29 junho 2020, conforme estabelece o art. 130 da Lei Orgânica Municipal combinada com a Lei Federal nº 13.019 2014.


Jordania Beatriz Moura de Souza
Coordenadoria Adm. Financeira
SASC - PMMC
assinatura e carimbo



PLANO DE TRABALHO – TERMO DE COLABORAÇÃO

1. DADOS CADASTRAIS

Nome da OSC ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BOA SEMENTE	CNPJ 11.480.553/0001-05		
Endereço AV JOSE DE DEUS ALVES FEITOSA, 260, ALTOS TIMBO – MARACANAÚ - CE	CEP 61936-210		
Telefone	Fax:	E-mail institucional associa.aboasemente@maracanau.com	
Banco 0001	Nº Agência 3302-2	Conta Corrente 78081-2	Praça de Pagamento MARACANAÚ
Vigência do Termo de Colaboração		6 Meses	
Nome do Responsável Legal da Instituição GERSON MENDES MESQUITA			
Função PRESIDENTE	RG 2008223361 0	CPF 356.019.493-87	
Telefone	Celular 9 8705 8622	E-mail gersonmendes87.5@gmail.com	
Endereço Residencial: RUA 125, 101 - Bairro: TIMBÓ - CEP: 61936-280 – Maracanaú CE			
Telefone	Fax		
Nome do Responsável Técnico pela execução do serviço IZAK DA SILVA BERNARDO			
Função: Contabilista	RG 96018006048 SSP CE	CPF 875.438.183-53	
Telefone	Celular 9 8620 0226	E-mail institucional contabilizak@gmail.com	
Formação Ciência Contábeis	Nº registro no Conselho Profissional: CE-022205/O-9		

2. CARACTERIZAÇÃO DA OSC (Organização da Sociedade Civil)

A Associação Beneficente Boa Semente, com o CNPJ 11.480.553/0001-05, localizada na Av. José de Deus Alves Feitosa, Nº 260, Bairro Conj. Timbó, Maracanaú, é uma instituição sem fins lucrativos, que para funcionar, conta com serviços e também doações dos voluntários, que com muito esforço e dedicação têm se doado, em prol da comunidade, especialmente crianças em idade escolar.

Sediada em Maracanaú, cidade da área metropolitana de Fortaleza, região com altos índices de violência, nós que fazemos a Associação Boa Semente, entendemos a importância de contribuir para uma transformação social começando na base, ou seja, investir na criança hoje para que a próxima geração seja melhor.

3. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO OU MODALIDADE

PROJETO PORTAS ABERTAS

O presente projeto trata-se de um trabalho voltado para o atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade, com destaque para o público em situação de rua que atualmente acessam os serviços da Secretaria de Assistência Social e Cidadania.

Estamos vivenciando um período conturbado devido a propagação do corona vírus (COVID-19) no Brasil e medidas de prevenção e enfrentamento tem sido intensificadas nas últimas semanas, porém não se enfrenta somente a emergência, mas sim a permanência de uma violência estrutural em que as formas de implementação das políticas estatais são um agente importante.

Dessa forma, o presente projeto desenvolver-se-á com base na perspectiva do trabalho técnico para a preservação da vida e cuidados com a saúde comunitária. A função primordial é garantir o que preconiza o SUAS por meio da oferta de ações de suporte do poder público municipal nesse cenário de pandemia. O foco é a não substituição de deveres e, sim, o compartilhamento de responsabilidades entre Estado e Sociedade Civil.

Esta parceria tem como objetivo coordenar e articular as garantias e os direitos socioassistenciais voltados a indivíduos e famílias que vivenciam o processo de exclusão social com vivência de rua. O norte das ações é garantir a convivência na perspectiva de potencializar e fortalecer a autonomia, formas dignas de sobrevivência e o autocuidado.

Entre as medidas sugeridas, constam à disposição de espaços públicos e materiais de higiene necessários para banhos e limpeza de mãos, roupas e utensílios; a ampliação de espaços de acolhimento na forma de abrigo/albergue com modelação de estruturas que permitam o distanciamento físico necessário para evitar a disseminação do Coronavírus.

A construção do Projeto Portas Abertas parte da necessidade de articular diferentes ações que vêm sendo desenvolvidas na cidade de Maracanaú, considerando o conjunto de políticas sociais e a execução por serviços governamentais e não governamentais com reconhecida intervenção com pessoas em situação de rua, especificamente nesse período de pandemia que assola o mundo.

Por meio de ações ainda voluntárias, a Associação Boa Semente desenvolverá atividades de cunho espiritual que, em conjunto com as atividades realizados pelos técnicos do CREAS, fortalecerão dos vínculos de fé, e de estímulos para projeto de vida.

Visa não apenas unir sociedade civil e governo na construção do enfrentamento desse

for

grave fenômeno, mas reunir a experiência acumulada pelo conjunto dos serviços de modo a superar as situações diagnosticadas.

O projeto tem prazo de execução de seis meses, contados a partir da data da liberação do recurso e o financiamento far-se-á a partir do recurso emergencial de que trata a portaria nº 369 de 29 de abril de 2020, podendo sofrer alterações caso haja alguma nova normatização acerca do tema.

Para a construção do projeto foram considerados indicadores que surgiram a partir de um levantamento executado pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania, por meio da equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, junto à população em situação de rua - PSR, que acessou o Restaurante Popular no dia 15 de março de 2020. A enquête teve por finalidade identificar as formas de acesso à prevenção ao novo coronavírus e os dados coletados auxiliaram na tomada de decisão e planejamento do órgão gestor da assistência social voltada a este público, no período de pandemia.

4. CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA / SERVIÇO

POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Embora a política nacional voltada para as pessoas em situação de rua não esteja prevista expressamente na Constituição Federal, manifesta sua relevância para a concretização de direitos fundamentais constitucionais, uma vez que se dedica a garantir, por exemplo, a segurança de renda, a convivência familiar e comunitária, a autonomia e a acolhida, indo além, desse modo, à ideia do "mínimo existencial".

O fundamento disso está na responsabilidade de o Estado prover saúde (art. 196), educação (art. 205), habitação (arts. 182 e 23, IX), proteção à família (art. 226) e assistência social (arts. 194 e 203), o que só ocorre por meio da realização de políticas públicas, o que inclui a necessidade de política especial para as pessoas em situação de rua.

O Decreto Federal n. 7.053/2009 estabelece, em seu art. 1º, o conceito jurídico de população em situação de rua:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a ser implementada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto. Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Considerada essa complexidade, diversas são as disposições normativas nesse sentido. A própria Política Nacional para as pessoas em situação de rua, segundo consta do art. 6º do Decreto n. 7.053, tem como diretrizes:

for



(...) III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;

IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo;

V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução;

VI - participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

VII - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Todos esses incisos, nota-se, incentivam a ação integrada e a construção de encaminhamentos coletivos e participativos para a abordagem do fenômeno. Da mesma forma, o art. 2º do Decreto:

Art. 2.º A Política Nacional para a População em Situação de Rua será implementada de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos que a ela aderirem por meio de instrumento próprio. Parágrafo único. O instrumento de adesão definirá as atribuições e as responsabilidades a serem compartilhadas.

5. OBJETIVOS

Geral: Prestar atendimento socioassistencial a indivíduos e famílias vulneráveis, em especial as pessoas em situação de rua, visando a proteção dessa população nesse período de pandemia.

Específicos:

- ✓ Promover assistencial social as pessoas em vulnerabilidade social que se encontram em situação de rua em Maracanaú;
- ✓ Promover da segurança alimentar as pessoas em vulnerabilidade social que se encontram em situação de rua em Maracanaú;
- ✓ Fortalecer o conhecimento acerca da origem e das formas de transmissão do Novo Coronavírus, bem como dos cuidados individuais e coletivos para evitar a contaminação, debatendo, ainda, a responsabilidade governamental de proteção da população e as iniquidades no acesso aos serviços de saúde no nosso País
- ✓ Promover diálogos sobre ética, paz, cidadania, direitos humanos e de outros valores universais;
- ✓ Promover ações socioeducativas e culturais que ampliem e potencializem as habilidades desses indivíduos, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades.
- ✓ Estimular a participação democrática e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade a qual estão inseridos;
- ✓ Assegurar espaços de convívio familiar e comunitário e o intercâmbio de saberes;

for



6. METAS DE ATENDIMENTO

- Prestar atendimento socioassistencial a 80 indivíduos ou famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade social, em especial aqueles que se encontrem em situação de rua;
- Fornecer alojamento para 24 indivíduos, atendendo a demanda apresentada pelos usuários por meio do levantamento aplicado e levando em conta a adesão desses;
- Fornecer alimentação diária para até 80 indivíduos nas modalidades: café da manhã e café da tarde, totalizando 160 refeições diárias; ➤
- Disponibilizar espaço para banho e lavanderia para até 80 usuários.

7. INDICADORES DE RESULTADOS

- Porcentagem de indivíduos que aderiram as atividades e serviços socioassistenciais disponibilizados;
- Porcentagem de indivíduos que fizeram uso dos dormitórios;
- Porcentagem de alimentação fornecida;
- Porcentagem de indivíduos que acessaram o espaço para banho e lavanderia.

8. METODOLOGIA DE TRABALHO

O Projeto Portas Abertas se desenvolverá em parceria com a equipe técnica do CREAS, em especial com os técnicos do PAEFI, que são remanescentes da equipe do Centro Pop que faziam atendimento direto à Pessoa em Situação de Rua. Serão realizadas ações especializadas em abordagem socioassistencial com o objetivo de formação de vínculo e o conhecimento da realidade desse público específico. Dessa forma, o projeto efetuará a contratação de 01 coordenador do espaço, 08 porteiros e contará com a participação de voluntários que executarão algumas atividades socioassistenciais.

A ação de abordagem social será executada pela equipe da abordagem do CREAS com um planejamento prévio. Serão considerados locais para essas ações, as praças, entrocamentos de estradas, espaços públicos onde se realizam atividades laborais. O projeto buscará a resolução de necessidades imediatas assim como promoverá a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das políticas públicas, na perspectiva de garantia de direitos.

Todas as atividades desenvolvidas estarão pautadas na perspectiva de fortalecer vínculos existenciais da autonomia, da emancipação e da não institucionalização dessa população. O foco será a troca de saberes, a expressão da criatividade, a valorização de potencialidades, o resgate da autoestima, o estímulo ao autocuidado, principalmente nesse contexto atual de pandemia.

Pretende-se também elaborar um diagnóstico social com o objetivo de identificar os territórios de maior incidência dessa população, estudar suas histórias e trajetórias, condições e modo de vida.

Serão ainda desenvolvidas atividades socioeducativas com o intuito de promover o exercício da cidadania e a desconstrução de estigmas. Essas atividades serão desenvolvidas por voluntários articulados à Associação Beneficente Boa Semente.

9. ATIVIDADES E CRONOGRAMA

Ação	Meses					
	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Adaptação do espaço físico do CCI	X					
Seleção e contratação de pessoal	X					
Atendimento socioassistencial	X	X	X	X	X	X
Fornecimento de dormitório	X	X	X	X	X	X
Fornecimento de café da manhã e café da tarde	X	X	X	X	X	X
Disponibilização de espaço para higiene pessoal	X	X	X	X	X	X
Disponibilização de vestuário: cama mesa banho	X	X	X	X	X	X
Disponibilização de espaço para lavanderia	X	X	X	X	X	X

10. FONTES DE RECURSOS

FONTE	Valor total anual dos recursos R\$
Fontes de Recursos da OSC	
Governo Municipal	
Governo Estadual	
Governo Federal	R\$ 539.998,81
Doações e Contribuições Individuais	
Empresas Privadas, Institutos e Fundações Empresariais	
Entidades Religiosas	
Vendas de Produtos ou Serviços	
TOTAL	R\$ 539.998,81

11. PLANO DE APLICAÇÃO

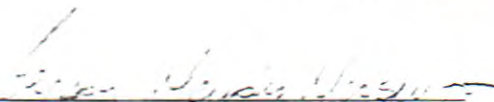
ESPECIFICAÇÃO	CONCEDENTE	CONTRAP.	TOTAL
Recursos Humanos	R\$ 127.174,81	Coordenação geral do projeto e acervo de brinquedos	R\$ 127.174,81
Locação de veículos	R\$ 54.000,00		R\$ 54.000,00
EPI's	R\$ 60.000,00		R\$ 60.000,00
Vestuário (cama, mesa e banho)	R\$ 18.000,00		R\$ 18.000,00
Material de Limpeza / Material de Higiene	R\$ 70.824,00		R\$ 70.824,00
Material p/ manutenção de imóveis	R\$ 12.000,00		R\$ 12.000,00
Bens Permanentes	R\$ 18.000,00		R\$ 18.000,00
Lanches/refeições	R\$ 180.000,00		R\$ 180.000,00

Total Geral	RS 539.998,81	RS 539.998,81
-------------	---------------	---------------


12. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

1ª PARC	2ª PARC
RS 300.000,00	RS 239.998,81

Maracanaú, 22 de junho de 2020.


GERSON MENDES MESQUITA
Presidente da OSC

PLANO DE APLICAÇÃO APROVADO


Carimbo e assinatura

ANEXO A PLANILHA FINANCEIRA DO PROJETO
PORTAS ABERTAS

Nota Explicativa

Os profissionais que serão contratados para esta parceria, nas categorias de Coordenador e Porteiro Diurno e Noturno deverão estar vinculados a Convenção Coletiva do Trabalho, registrada no MTE sob o nº CE 000355/2019, em 17 de abril de 2019, estabelecida entre a Federação Nacional De Cultura - FENAC e o Sind Empreg Entd Cult Reca Social o Form Prof Est do Ce.

As alterações salariais estão vinculadas às Convenções Coletivas supracitadas.

A contratação da locação de veículos foi baseada no valor da quilometragem pactuado no contrato de nº 1591.20.05.01.02.

Referente ao Material p manutenção de imóveis, Bens Permanentes, Lanches refeições e Material de Consumo (EPI's, Vestuários, Material de Limpeza e Material de Higiene), os preços elencados neste projeto são oriundos de pesquisa de mercado, realizada pela Secretaria de Assistência social e Cidadania SASC.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ
SECRETARIA DE GESTÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS



Nº 0000004531

Razão Social

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BOA SEMENTE

INSCRIÇÃO ECONÔMICA Documento

00000101912

C.N.P.J.: 11480553000105

Bairro

CONJUNTO TIMBO

CEP

61901280

Localizado AV JOSE DE DEUS ALVES FEITOSA, 260 - ALTOS - MARACANAÚ-CE

DADOS DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL

Inscrição Contribuinte / Nome

77125 - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BOA SEMENTE

Endereço

AV JOSE DE DEUS ALVES FEITOSA, 260 ALTOS

CONJUNTO TIMBO MARACANAÚ-CE CEP: 61901280

Documento

C.N.P.J.: 11.480.553/0001-05

No. Requerimento

0000004531/2020

Natureza jurídica

Pessoa Jurídica

CERTIDÃO

Certificamos, para os devidos fins, que foram revisados os registros constantes do Cadastro Econômico desta empresa Fiscal e Dívida Ativa do Município, até o presente exercício fiscal, relativo à Inscrição acima especificada, e constatou-se não haver nenhuma pendência ou dívida vinculada a Empresa acima.

A SEFIN se reserva no direito de inscrever e cobrar as dívidas que posteriormente venham a ser apuradas.

MARACANAÚ-CE, 17 DE DEZEMBRO DE 2020

Esta certidão é válida por 060 dias contados da data de emissão

VALIDA ATÉ: 14/02/2021

COD. VALIDAÇÃO 0000004531



ANTICIPIADA - CONFÉSSA
22/12/20
ANEXELA INJURA
ASSIST. TESOUREIRA



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ
SECRETARIA DE GESTÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS



VALIDAÇÃO DE CERTIDÃO

Nº: 2020 / 0000004531

DOCUMENTO: C.N.P.J.: 11.480.553/0001-05

DATA DE EMISSÃO: 17/12/2020

Esta CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS foi emitida pelo Sistema SEFIN Online sendo válida até 14/02/21
MARACANAÚ-CE, 17 DE DEZEMBRO DE 2020

CERTIDÃO VALIDADA VIA INTERNET

em 22/12/20 às 10:14:05

CERTIDÃO CONFERIDA

ANIELA L. JURA
ACUS. TECN. ARCA

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 11.480.553/0001-05**Razão Social:** ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE BOA SEMENTE**Endereço:** R 64 561 ALTOS / JEREISSATI II / MARACANAU / CE / 61901-280


A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 01/12/2020 a 30/12/2020**Certificação Número:** 2020120104155531067095

Informação obtida em 17/12/2020 11:40:12

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



CERTIFICADO AUTENTICAÇÃO DA CERTIDÃO
Cláudio Italo Silva de Almeida
COORDENADORIA ADM. FINANCEIRA
SASC-PMMc



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO BENEFICENTE BOA SEMENTE (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 11.480.553/0001-05

Certidão nº: 32607280/2020

Expedição: 11/12/2020, às 12:05:24

Validade: 08/06/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO BENEFICENTE BOA SEMENTE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **11.480.553/0001-05**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

CERTIFICADO AUTENTICO DA CERTIDÃO
Cláudio Raulo Silva de Almeida
COORDENADORIA ADM. FINANCEIRA
SASC-PMMc



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Procuradoria Geral do Estado**

**Certidão Negativa de Débitos Estaduais
Nº 202015031639**

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: *****
CNPJ / CPF: 11.480.553/0001-05
RAZÃO SOCIAL: *****

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

**EMITIDA VIA INTERNET EM 11/12/2020 ÀS 11:54:06
VÁLIDA ATÉ 09/02/2021**

**A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço
www.sefaz.ce.gov.br**


CERTIFIQUEI AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO
Cláudio Nilo Silva de Almeida
COORDENADORIA ADM. FINANCEIRA
SASC-PMMc



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ
SECRETARIA DE GESTÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS



Nº 0000003650

Razão Social

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BOA SEMENTE

INSCRIÇÃO ECONÔMICA Documento

00000101912

C.N.P.J.: 11480553000105

Bairro

CONJUNTO TIMBO

CEP

61901280

Localizado AV JOSE DE DEUS ALVES FEITOSA, 260 - ALTOS - MARACANAÚ-CE

DADOS DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL

Inscrição Contribuinte / Nome

77125 - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BOA SEMENTE

Endereço

AV JOSE DE DEUS ALVES FEITOSA, 260 ALTOS

CONJUNTO TIMBO MARACANAÚ-CE CEP: 61901280

Documento

C.N.P.J.: 11.480.553/0001-05

No. Requerimento

0000003650/2020

Natureza jurídica

Pessoa Jurídica

CERTIDÃO

Certificamos, para os devidos fins, que foram revisados os registros constantes do Cadastro Econômico desta empresa Fiscal e Dívida Ativa do Município, até o presente exercício fiscal, relativo à Inscrição acima especificada, e constatou-se não haver nenhuma pendência ou dívida vinculada a Empresa acima.

A SEFIN se reserva no direito de inscrever e cobrar as dívidas que posteriormente venham a ser apuradas.

MARACANAÚ-CE, 20 DE OUTUBRO DE 2020

Esta certidão é válida por 060 dias contados da data de emissão

VALIDA ATÉ: 18/12/2020

COD. VALIDAÇÃO 0000003650



CERTIFICO AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO
Cláudio Rato Silva de Almeida
COORDENADORIA ADM. FINANCEIRA
SASC-PMMc



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ
SECRETARIA DE GESTÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS



VALIDAÇÃO DE CERTIDÃO

Nº: 2020 / 0000003650

DOCUMENTO: C.N.P.J.: 11.480.553/0001-05
DATA DE EMISSÃO: 20/10/2020

Esta CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS foi emitida pelo Sistema SEFIN Online sendo válida até 18/12/20
MARACANAÚ-CE, 20 DE OUTUBRO DE 2020

CERTIDÃO VALIDADA VIA INTERNET

em 17/12/20 às 11:44:37


CERTIFICO AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO
Cláudio Paulo Silva de Almeida
COORDENADORIA ADM. FINANCEIRA
SASC-PMMc



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO BENEFICENTE BOA SEMENTE
CNPJ: 11.480.553/0001-05

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 02:58:56 do dia 19/06/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 16/12/2020.

Código de controle da certidão: **8477.4630.13A1.B5D3**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CERTIFICO AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO
Cláudio Lito Silva de Almeida
COORDENADORIA ADM. FINANCEIRA
SASC-PMMc

VALIDA ATÉ 15/10/21